

CAPÍTULO 9

PÓS-PANDEMIA: PARA ONDE QUEREMOS IR?

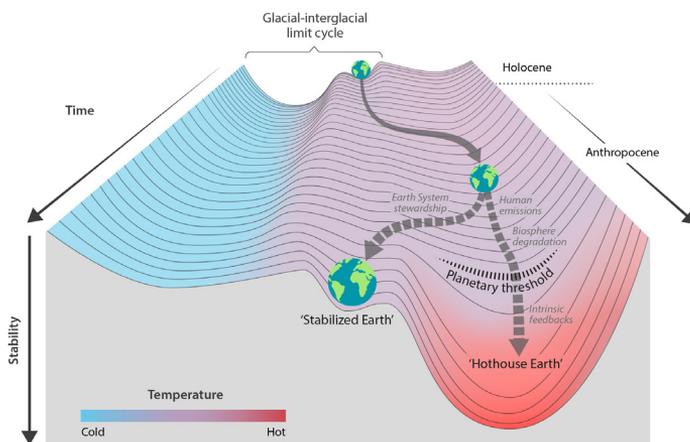
Cristina Adams

9.1 INTRODUÇÃO

Este último capítulo traz uma reflexão sobre os rumos da humanidade pós-pandemia de covid-19, a partir das questões que foram trazidas nos capítulos anteriores. Adotaremos aqui uma visão do planeta Terra como um sistema socioecológico complexo, aprofundando as questões apresentadas no Capítulo 2 sobre os limites planetários. Os capítulos anteriores, ao tratarem dos diferentes aspectos suscitados pela pandemia, mostraram que a disseminação da covid-19 ocorreu em um cenário preexistente de agravamento dos problemas socioambientais, que vinham se acumulando desde a Revolução Industrial e, de forma mais acelerada, desde o início do Antropoceno (a partir do fim da Segunda Guerra Mundial). As desigualdades socioeconômicas e o acúmulo de problemas socioambientais fizeram com que determinadas parcelas da população ficassem mais vulneráveis à infecção pelo coronavírus, em um processo sinérgico denominado sindemia (Capítulo 7). Na verdade, a sindemia da covid-19 expôs de forma muito clara as consequências do atual modelo econômico e como as desigualdades sociais, econômicas e ambientais agravam a disseminação da doença. A essa altura, o leitor já deve estar se perguntando se existe alguma saída para a humanidade e o planeta Terra, e o objetivo deste capítulo é apontar alguns dos caminhos que vêm sendo pensados por economistas e outros cientistas e atores sociais,

esperando que as reflexões geradas possam influenciar as novas gerações de profissionais e cidadãos.

Para isso, vamos começar situando a trajetória do sistema socioecológico Terra a partir do início do Holoceno (12 mil anos atrás), com o fim do último período glacial. Desde então, a partir do domínio do processo de domesticação de plantas e animais, a espécie humana (*Homo sapiens*) passou a alterar os ambientes terrestres e aquáticos de uma forma até então desconhecida, levando ao mundo economicamente globalizado que conhecemos hoje. Conforme o gráfico de Steffen et al. (2018: 8254) que nos mostra a estabilidade do sistema Terra (Figura 9.1) ao longo desse processo as atividades humanas foram desviando o planeta de sua trajetória de equilíbrio dinâmico, inicialmente de forma mais lenta, mas depois acelerada a partir do início do Antropoceno (1950-60). Para esses autores, no atual momento a humanidade se encontra em uma encruzilhada e o caminho que vai escolher depende de atitudes e decisões que devem ser tomadas rapidamente, antes que seja tarde e as mudanças climáticas sejam potencializadas de tal forma que comprometam os sistemas econômicos humanos e a própria vida na Terra. Como veremos adiante, momentos de crise como o trazido pela pandemia são propícios para esses redirecionamentos.



A bifurcação mostra que há dois caminhos diferentes que podem ser seguidos. Sistemas situados em um estado altamente estável (“vales”) necessitam de grandes aportes de energia para saírem dessa situação de estabilidade. Sistemas situados em estados instáveis (topo das curvas) possuem um alto potencial energético, e requerem uma quantidade pequena de energia para serem deslocados para situações de baixa energia potencial (fundos dos vales).

Fonte: Steffen et al. (2018: 8254).

Figura 9.1 – Gráfico de estabilidade mostrando o caminho percorrido pelo Sistema Terra desde o início do Holoceno para fora dos limites do ciclo glacial-interglacial, até sua posição atual.

Segundo os autores, na encruzilhada onde nos encontramos há dois caminhos possíveis. O primeiro, é continuar caminhando na trajetória atual (“*business as usu-*

al⁷”), caracterizada pelo uso de combustíveis fósseis e emissão de gases de efeito estufa, até chegarmos ao limite de 2 °C acima da temperatura média global pré-Revolução Industrial, que é onde se situa o limite planetário. Nesse ponto, se nada for feito, o sistema entra em uma trajetória irreversível de aquecimento que é retroalimentada pelos ciclos biogeoquímicos (por exemplo, água ou carbono), sobre os quais não temos nenhum controle. Ou então, podemos escolher o segundo caminho, em direção a um sistema quase-estabilizado, através da governança de sistemas de retroalimentação humanos sobre os quais temos controle. Notem que esta posição já é diferente daquela onde o planeta se situava no início do Holoceno, mas é uma posição segura se cuidarmos bem do planeta e dos seus limites (Steffen et al., 2018).

Entretanto, a mudança de trajetória em sistemas socioecológicos complexos é sempre muito difícil, pois existe uma capacidade de resiliência que precisa ser vencida para sair da posição atual e mudar para uma nova situação de equilíbrio. Isso implica quebrar os processos de retroalimentação entre os sistemas sociais e ecológicos que estão produzindo os efeitos indesejáveis e criar novos processos de retroalimentação socioecológicos que permitam que o sistema faça a mudança de rumo (Steffen et al., 2018). Mas como fazer isso? Como fazer a transição para um sistema socioecológico mais sustentável do que aquele no qual vivemos hoje?

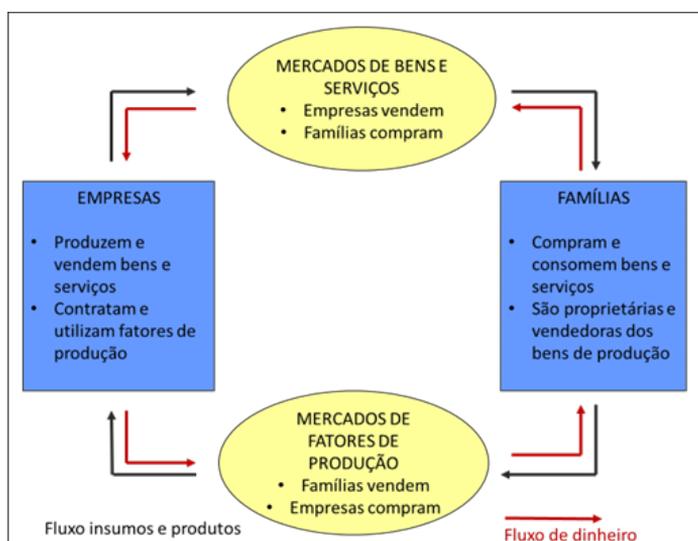
Para tentar responder a essas perguntas e trazer algumas questões para o debate, vou: 1) apontar duas questões econômicas que são importantes para entendermos como a humanidade chegou à situação atual; 2) trazer a contribuição dos cientistas que trabalham com mudanças em sistemas socioecológicos através do uso de um modelo de transformação; 3) sugerir que a pandemia pode ser o choque que o Sistema Terra estava precisando como um empurrão final para enfrentarmos a crise socioambiental; e 4) apontar caminhos que estão sendo sugeridos por economistas e outros atores sociais que estão pensando “fora da caixinha”. Com isso, esperamos que os leitores se sintam estimulados a pensarem e implementarem novas soluções, para que voltemos a operar dentro dos limites planetários e com toda a humanidade usufruindo do bem-estar ou bem viver (Capítulo 4).

9.2 DOIS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS IMPORTANTES

O primeiro problema sobre os fundamentos do atual modelo econômico se refere à natureza da maior parte dos recursos naturais dos quais usufruímos, por exemplo o pescado, as pastagens naturais, as florestas e a água doce. Para a Economia, eles são considerados bens ou recursos comuns. Os bens comuns são aqueles recursos que estão disponíveis para o usufruto de todos, mas cujo uso por uma pessoa deixa menos para os próximos usuários. Diferente dos bens privados, os recursos comuns representam um desafio para a Economia, pois devido às suas características, colocam os usuários em um dilema. Racionalmente, a melhor solução para cada usuário individual é extrair o máximo que puder para seu próprio usufruto, sem pensar no futuro, nos outros usuários ou na conservação do recurso. Mas, para a sociedade, ou o conjunto de usuários do recurso, essa é a pior solução possível. Em outras palavras, indi-

vídus agindo de forma independente e de acordo com os seus próprios interesses, vão contra o interesse coletivo da sociedade no uso sustentável dos recursos comuns. Como o controle dos usuários é normalmente muito difícil ou muito caro, existe uma tendência à degradação dos recursos comuns em situações onde a regulamentação do uso, o monitoramento e a fiscalização não são eficientes. Durante muito tempo, a solução apontada pelos economistas para lidar com esse dilema social era através da privatização dos recursos, criando mercados, ou de seu controle pelo Estado, através da criação de áreas protegidas para conservar florestas, por exemplo.

A segunda questão econômica que fundamenta a crise socioambiental que estamos vivendo atualmente é a visão de sistema econômico adotada pela economia neoliberal do século XX, que se tornou o sistema hegemônico global. A Figura 9.2 mostra a representação macroeconômica¹ convencional da organização da economia, da mesma forma como ela é ensinada nos livros-texto para alunos de graduação em Economia, até hoje.



Fonte: Adaptado de Mankiw 2005: 23.

Figura 9.2 – Representação macroeconômica convencional da organização da economia

A Figura 9.2 mostra os fluxos de bens e serviços e de rendas e receitas monetárias, entre empresas, por um lado, e famílias, do outro. As empresas e as famílias produzem e consomem bens e serviços, e matéria, energia e moeda circulam no interior do sistema sem que se observe nenhuma troca com o ambiente. Ou seja, o modelo mostra um sistema fechado e isolado do meio ambiente, como se ele pudesse funcionar independentemente dos recursos naturais ou comuns. Na figura não estão representados os recursos naturais que entram no sistema, nem os resíduos e a poluição que são

1 Na ciência econômica, a macroeconomia dedica-se ao estudo da economia na escala regional ou nacional.

produzidos pelo sistema e externalizados para o ambiente. Mas, por que será que essa visão tão simplista e irreal do sistema econômico é ensinada até hoje nos cursos de Economia? Será mesmo que os economistas sempre ignoraram a contribuição da natureza para a economia? Na verdade, não.

Adam Smith, considerado o pai da ciência econômica, pertenceu à geração dos economistas clássicos que inauguraram a disciplina entre o final do século XVIII e princípio do XIX, durante o período da Revolução Industrial inglesa. Os limites impostos pela natureza, principalmente para a produção de alimentos, eram centrais ao pensamento de Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo, por exemplo. Malthus apontava criticamente para a incompatibilidade entre o crescimento populacional humano e a produção alimentar.

Para Smith, uma das preocupações centrais era entender se o incipiente capitalismo industrial que se instalava diante de seus olhos tinha condições de se firmar e expandir, ou seja, de sustentar um crescimento econômico. Em sua formulação, a economia deveria ser capaz de prover uma renda suficiente para a subsistência das pessoas e prover o Estado ou a comunidade com uma renda suficiente para fornecer os serviços públicos necessários para toda a sociedade. Nesse período, a Inglaterra ainda era um país essencialmente agrícola, com uma agricultura pouco tecnificada que ainda dependia fortemente da natureza. Portanto, os economistas clássicos não tiveram dificuldade em reconhecer que o sistema econômico dependia do meio ambiente, e prevalecia a chamada hipótese das dádivas gratuitas da natureza.

Essa visão de um ambiente natural neutro e passivo, fornecedor dos recursos necessários para a economia e absorvedor dos seus resíduos, vinha do fato que a escala da economia inglesa ainda era muito pequena nessa época. Mesmo assim, Smith reconhecia que em algum momento no futuro a natureza acabaria impondo limites ao crescimento econômico, levando a economia a um estado estacionário, mesmo que este cenário ainda estivesse muito distante de seu tempo de vida. Na sua visão, o limite seria imposto pela quantidade de terra agricultável disponível na Inglaterra e, portanto, na sua capacidade de produzir alimentos para os operários que trabalhavam nas fábricas e movimentavam a economia. Ou seja, a partir do momento em que o patamar máximo de produção agrícola fosse atingido, a economia entraria em um estado estacionário.

Já para os economistas neoclássicos, também chamados de clássicos da segunda geração, que se consolidou a partir de meados do século XIX, a ideia de limites impostos pela natureza ao crescimento econômico foi perdendo importância e a hipótese das dádivas gratuitas da natureza passou a não ser mais explicitada no modelo neoclássico. Isso porque, nessa época, a Europa já havia assegurado um fornecimento adequado de alimentos para sua população, principalmente através do mercado internacional com as colônias e ex-colônias. Assim, gradualmente os neoclássicos passaram a tratar a economia como um sistema fechado e isolado. Um dos principais economistas dessa época, John Stuart Mill, definiu a economia como uma ciência que descreve as leis de fenômenos da sociedade, inaugurando a tendência de excluir seus objetivos da definição do conceito. Com isso, desviava-se a atenção da sociedade para

as leis da economia, tentando aproximá-la da disciplina da Física para ganhar credibilidade acadêmica. Ou seja, os objetivos colocados por Adam Smith (para que serve a economia?) desaparecem na geração dos neoclássicos, que estavam mais interessados em entender as leis que explicassem o funcionamento da economia, e não em perseguir seus objetivos. Mesmo assim, Stuart Mill também acreditava que o aumento da riqueza não poderia ser ilimitado, e um dia o crescimento econômico alcançaria o estado estacionário. Também para Karl Marx, o trabalho não era a fonte de toda a riqueza; a natureza era a fonte dos valores de uso e, portanto, da riqueza material (Marx, 2012).

No século XX, as ideias neoclássicas do século anterior foram aperfeiçoadas pela escola neoliberal. Na primeira metade do século XX, três marcos importantes podem ser destacados na construção desse conhecimento. Em primeiro lugar, acentuou-se o uso de modelos matemáticos para explicar o funcionamento da economia, como queria Stuart Mill. Um dos nomes mais influentes desta época foi von Newman, cujo trabalho fundamenta os modelos neoclássicos utilizados desde então. Outro marco importante é o completo abandono, pelos modelos neoliberais, da noção da existência de limites naturais e do estado estacionário da economia que as primeiras gerações haviam ressaltado. Com isso, a geração neoliberal passou a considerar que a economia é capaz de um crescimento contínuo indefinido, apoiado apenas na expansão da força de trabalho, por um lado, e na acumulação de capital físico construído, do outro, que são características endógenas ao sistema econômico. Essa é a fundamentação da representação convencional da organização da economia (Figura 9.2) como um sistema isolado, autocontido, que não depende nem de recursos naturais para funcionar, nem da eliminação de resíduos e poluição. Segundo o ideário que sustenta essa concepção de economia, a engenhosidade humana seria capaz de transcender à escassez de recursos naturais e, no limite, não mais depender dela.

Por fim, o terceiro marco foi o estabelecimento do Produto Interno Bruto (PIB) como uma métrica para avaliar e comparar a produção anual da economia americana, e depois de todos os países, fazendo com que o principal objetivo das políticas dos países industrializados passasse a ser o crescimento do PIB. Em pouco tempo, o crescimento passou a ser visto como uma panaceia, uma solução para resolver todos os problemas sociais, econômicos e políticos, e a economia global passou a esperar, exigir e mesmo depender do crescimento contínuo do PIB para seu funcionamento geral. Nesse contexto, do início do século XX, a economia passou a ser definida como o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos, enterrando de vez quais deveriam ser seus objetivos, para se preocupar apenas com seu modo de funcionamento, ou seja, radicalizando as primeiras ideias dos economistas neoclássicos da geração anterior (Raworth, 2019).

Esses modelos foram utilizados na construção da agenda neoliberal que caracterizou a segunda metade do século XX, a partir de uma importante reunião de economistas, historiadores, filósofos e cientistas políticos na pequena vila suíça de Mont Pèlerin² em 1947, quando foi fundada a Sociedade Mont Pèlerin. Este grupo obteve o apoio de empresas e bilionários para financiar a difusão do ideário do livre mercado

2 Veja em https://www.youtube.com/watch?v=V2vN_fu-wns&feature=emb_logo&ab_channel=DoughnutEconomicsActionLab.

através de bolsas de estudo, cátedras e “*think tanks*” nos países centrais. Na década de 1980, Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (Reino Unido) adotam a agenda neoliberal como política de governo, com a colaboração de vários membros da Sociedade Mont Pèlerin em suas equipes, alçando-a à posição hegemônica que ocupa desde então (Raworth, 2019).

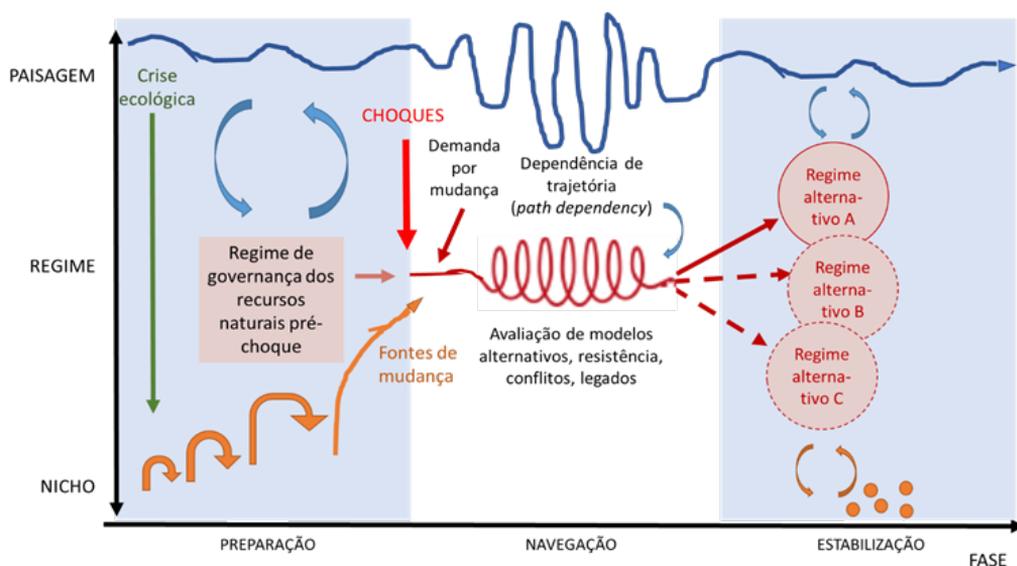
A radicalização da agenda neoliberal que se seguiu, em busca do crescimento econômico ilimitado, levou o sistema Terra à situação atual, e os capítulos anteriores trataram dos vários impactos socioambientais decorrentes e de sua contribuição para o surgimento e agravamento das consequências da pandemia de covid-19. Mas será que não havia nenhum economista no século XX apontando os problemas decorrentes do modelo neoliberal, além dos ambientalistas? Claro que havia, mas a agenda neoliberal é tão poderosa, que apesar de vozes dissonantes avançarem na construção de novas perspectivas, não tiveram força para mudá-la.

Uma dessas pessoas foi a economista Elinor Ostrom e colaboradores, que mostraram que a privatização ou o controle estatal dos recursos comuns para a sua conservação não era a única saída. De fato, certas comunidades de usuários conseguem perfeitamente se auto-organizar para utilizar os recursos de forma sustentável, como foi demonstrado em vários estudos de caso pelo mundo. Outro economista importante dessa época, que era também físico, foi Georgescu-Roegen, que demonstrou que o crescimento contínuo da economia é uma impossibilidade, com base nas duas leis fundamentais da termodinâmica que explicam o fluxo e a conversão de energia no planeta, devido à dependência da humanidade do sol como fonte energética. Essas leis físicas não foram refutadas até hoje, de forma que até prova em contrário existe um limite natural para o crescimento da economia, mesmo que muitos não gostem de encarar este fato. Já Amartya Sen (2010) advoga que o objetivo da economia deveria ser o de ampliar as liberdades das pessoas, que incluem oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais (educação, alimentação nutritiva), garantias de transparência e segurança protetora.

Traçado esse breve histórico, podemos nos perguntar: como será a economia do século XXI? Para onde caminhamos? A jornada da humanidade ao longo do século XXI será conduzida pelos jovens nascidos neste século. Todavia, se a humanidade continuar olhando pelo retrovisor e caminhando orientada por uma mentalidade econômica enraizada em manuais de economia da década de 1950, baseados em teorias de 1850, já está claro que caminharemos para um desastre socioambiental. Essa situação foi, como sabemos, agravada pela chegada da pandemia de covid-19, que provocou um grande impacto no PIB global. Pois bem, mas como vamos mudar a maneira como gerimos esse sistema complexo chamado planeta Terra? Como podemos ter controle dos processos de retroalimentação entre os sistemas sociais e ecológicos que estão produzindo os efeitos indesejáveis? Como voltar a uma trajetória planetária mais equilibrada?

9.3 MUDANÇAS EM SISTEMAS SOCIOECOLÓGICOS COMPLEXOS

Para nos ajudar a refletir sobre o futuro pós-pandemia, os modelos de transformação de sistemas complexos que vêm sendo elaborados por pesquisadores que trabalham com sistemas socioecológicos podem ser úteis. Um dos mais recentes, elaborado por Herrfahrdt-Pähle et al. (2000), mostra que os processos de transformação sustentáveis podem ser divididos em três fases (Figura 9.3): preparação, navegação e estabilização ou institucionalização, quando a resiliência do novo sistema vai sendo construída. Esse modelo será usado para argumentar que o atual momento histórico em que vivemos permite apontar várias possibilidades de transformação de nosso atual sistema planetário desbalanceado para um sistema socioecológico que, ao mesmo tempo, se mantenha dentro dos limites planetários e atenda às necessidades de bem-estar de todos os seus habitantes.



Fonte: Traduzido e adaptado de Herrfahrdt-Pähle et al. (2020: 3).

Figura 9.3 – Mudanças multinível e em múltiplas fases, em sistemas socioecológicos complexos.

O modelo mostra que os processos de transformação dependem dos três níveis do sistema: a paisagem, o regime e o nicho (Figura 9.3). A paisagem compreende os sistemas sociais e ecológicos que sustentam um determinado regime de governança,³ e inclui nossos valores sociais, os recursos naturais e os problemas ambientais. As interações entre a paisagem e o regime normalmente são processos de longo prazo. Já o regime descreve os atores políticos e econômicos dominantes, as estruturas e as práticas que explicam o funcionamento do sistema social. Via de regra, o regime defende seu *status-quo*, ou seja, procura evitar mudanças. Porém, os regimes podem ser in-

3 Governança pode ser definida como o conjunto de organizações públicas e privadas que governam determinado recurso ou sistema, as regras (instituições formais e informais) utilizadas e a forma como estas regras são criadas (Ostrom 2009).

fluenciados pelo surgimento de novas ideias ou tecnologias, que são gestadas nos chamados nichos. Os nichos são espaços sociais mais delimitados e protegidos, onde as experimentações e os pensamentos “fora das caixinhas” ocorrem. Os nichos se desenvolvem quando os atores do sistema socioecológico em questão começam a questionar o regime atual, e vão encontrando caminhos e espaços para inovação e experimentação, testando diferentes configurações de regime (Herrfahrdt-Pähle et al., 2000).

Na fase inicial de preparação, as interações entre a paisagem e o regime vão ocorrendo, e a vida das pessoas vai se desenrolando normalmente. Com o passar do tempo, o surgimento de crises ou percepções antecipadas de situações de risco, como a crise socioambiental que estamos enfrentando nas últimas décadas, vão sendo trabalhadas, disparando iniciativas nos nichos onde novas práticas e modelos de governança dos recursos naturais são experimentados, para tentar lidar com os problemas observados. Dentro dos nichos os experimentos e as inovações geradas podem se desenvolver isoladamente, ou se combinar com outras ideias e sistemas de conhecimento até que, em determinado momento, uma mudança abrupta ou um choque socioecológico ou político, no nível da paisagem, gera uma demanda muito forte por mudança. O choque abre a oportunidade para que a transição para novos modelos de regimes de governança dos recursos naturais ocorra. Mas como isso ocorre? Os choques enfraquecem os regimes estabelecidos e fornecem uma janela de oportunidade para que os grupos de atores, principalmente aqueles que estão trabalhando nos nichos, promovam abordagens alternativas à governança dos recursos naturais que vêm ocorrendo dentro desse sistema socioecológico (Herrfahrdt-Pähle et al., 2000).

Durante a fase de navegação, os modelos alternativos de governança que haviam sido testados nos nichos na fase de preparação iniciam um processo de institucionalização. Esse processo inclui a combinação de modelos, ideias e abordagens disponíveis, sejam esses novos ou trazidos da fase anterior, que podem até ser contrastantes entre si e levar a conflitos. Além disso, a resiliência do sistema anterior, que faz com que haja uma resistência do regime em aceitar mudanças, precisa ser vencida. Com o tempo, essa fase pode levar a uma transformação positiva, mas isso vai depender das alternativas escolhidas. Por fim, na fase de estabilização, a abordagem alternativa já foi institucionalizada dentro dos novos regimes de governança, e esses já foram absorvidos pelos sistemas sociais e ecológicos. Portanto, é uma fase em que ocorre a consolidação de novos valores sociais, a implementação e o monitoramento das novas regras e regulamentações, e a incorporação das novas práticas à rotina das pessoas (Herrfahrdt-Pähle et al., 2000).

Olhando para o modelo e o atual momento histórico, é possível argumentar que a pandemia de covid-19 pode facilmente ser considerada como um desses choques e que, portanto, tem um grande potencial para provocar mudanças no regime de uso dos recursos naturais e do sistema econômico vigente neoliberal, a partir da experiência acumulada com a crise socioambiental do século XX e início do XXI. O modelo também permite apontar as inúmeras abordagens e ideias alternativas que vêm sendo gestadas em nichos (como universidades, organizações não governamentais, gover-

nos, comunidades, movimentos sociais) desde as últimas décadas do século passado, onde os atores estão se permitindo pensar “fora da caixinha”, ou seja, fora do paradigma econômico neoliberal do século XX. Mas quem seriam esses atores?

9.4 A ECONOMIA DO SÉCULO XXI

Há vários exemplos de economistas e outros atores sociais importantes que, nas últimas décadas, estão pensando em abordagens econômicas inovadoras e fazendo um esforço para superar o modelo neoliberal do século XX, que nos trouxe até a presente crise socioambiental. Essas novas propostas buscam trazer os objetivos da economia de volta ao debate, invertendo a noção de que a sociedade deve seguir a reboque do sistema econômico e que este é que deve servir à sociedade e ao meio ambiente. Um desses atores, por mais inusitado que possa parecer, é o Papa Francisco, que em 2019 fez um chamado global por uma outra economia, incluindo economistas importantes como Joseph Stiglitz, Jeffrey Sachs e Kate Raworth e ativistas ambientais como Vandana Shiva. Ele organizou um movimento com o objetivo de atrair jovens de várias nacionalidades e crenças religiosas para discutir e repensar a economia atual e humanizar a economia do amanhã, tornando-a mais justa e sustentável assegurando assim uma nova proeminência para as populações atualmente excluídas. Ou seja, o chamado do Papa é para uma busca de novos rumos e por uma governança global da economia que nos leve a superar a crise ambiental, a desigualdade social e o caos financeiro, a partir de uma visão sistêmica, exatamente como a visão de sistema socioecológico que acabamos de apresentar.⁴

Outro movimento inovador que começou a ser discutido em nichos, mas que vem ganhando escala, é o New Deal Verde (Green New Deal), apoiado por economistas e outros pesquisadores como Noam Chomsky, Robert Pollin e Ann Pettifor. Inspirado na política norte-americana das primeiras décadas do século XX, implementada para lidar com os impactos da grande depressão pós-crise de 1929 (o New Deal), o New Deal Verde foi lançado em 2007, nos EUA. O movimento engloba várias perspectivas diferentes dependendo do proponente. Mas, de uma forma geral, o New Deal Verde propõe um pacto global em favor da troca do uso de energias fósseis por fontes renováveis, simultaneamente à restauração e conservação dos ecossistemas que captam carbono, principalmente as florestas. Alguns de seus proponentes, como Ann Pettifor, advogam a taxação das transações financeiras globais e o total abandono do crescimento econômico como meta da economia.

Outros economistas brasileiros, como Ladislau Dowbor (2020a, 2020b), vêm trabalhando em novas propostas há várias décadas. Na visão de Dowbor, esses novos caminhos buscam ultrapassar os antigos debates econômicos entre soluções ortodoxas ou heterodoxas, e são baseados em soluções mais pragmáticas centradas em valores, no sentido de se buscar as melhores alternativas econômicas, independente das eternas etiquetas de “solução de esquerda” ou “solução de direita”. O que importa é

4 Vejam a declaração em <https://francescoeconomy.org/final-statement-and-common-commitment-pt/>

que sejam baseadas em *valores* humanistas e pensadas em novas bases. Na mesma direção, Ricardo Abramovay aponta que é preciso avançar para uma economia baseada na cooperação social e no esforço para preservar e regenerar os serviços ecossistêmicos dos quais a humanidade depende (Abramovay, 2012).⁵ José Eli da Veiga também participa desse debate e sua obra tem contribuído para evidenciar a falácia da dicotomia desenvolvimento e meio ambiente, e para a formação de novos profissionais (Veiga, 2013, 2015, 2019a,b).

Em 2021, Partha Dasgupta publicou um importante relatório sobre a economia da biodiversidade a pedido do governo britânico, reconhecendo os limites impostos ao sistema econômico pela biosfera e apontando a dependência de trajetória que existe entre os modelos econômicos atuais, construídos de forma incremental a partir dos modelos neoliberais do século passado, que excluíam a natureza da equação (Dasgupta, 2021). Na sua visão, a natureza é capital de suma importância, mas não pode ser considerada meramente como um bem econômico convencional, pois ela não tem apenas valor de uso, ela tem valor intrínseco. Comentando o relatório, o Ricardo Abramovay ressalta que é impossível sinalizar, por meio do sistema de preços, a abundância e a escassez dos serviços prestados pela natureza dado o fato de que a maioria dos processos e dinâmicas naturais são difíceis de serem observados e, portanto, de terem seus danos avaliados corretamente.

Outra abordagem econômica inovadora para superar os problemas da visão neoliberal que ganhou destaque no debate internacional nos últimos anos foi a da Economia Donut, idealizada pela economista Kate Raworth (2019), da Universidade de Oxford. Resumidamente, ela propõe que os países substituam o crescimento do PIB como meta para suas economias pelo gráfico do “donut”, ou rosquinha (Figura 9.4). O “donut” é uma representação simplificada das condições sociais e ecológicas que sustentam o bem-estar humano coletivo. A base social (círculo verde interno) estabelece as condições básicas de vida humana das quais ninguém deve ser privado. Já o teto ecológico (anel verde externo) marca os limites além dos quais a humanidade coloca em risco os sistemas terrestres geradores de vida. Entre os dois anéis está o espaço ecologicamente seguro e socialmente justo para o qual a humanidade precisa se direcionar. Os limites do teto ecológico são as fronteiras planetárias discutidas no Capítulo 2. Já o alicerce social é formado por 12 das dimensões sociais (e suas metas e indicadores) dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), criadas em acordo assinado em 2015 por todos os países membros, com metas a serem alcançadas até 2030.

5 Veja também: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/332497/mais-importante-do-que-o-crescimento-economico-e-s.htm>.



Fonte: Página 22 (2012).⁶

Figura 9.4 – Ilustração da Economia *Donut* e os alicerces sociais e ecológicos que delimitam o espaço ecologicamente seguro e socialmente justo para onde a humanidade deve caminhar, na opinião de Raworth (2019).

Para que toda a humanidade consiga se dirigir para o espaço ecologicamente seguro e socialmente justo, Raworth propõe sete maneiras para repensar a economia como um economista do século XXI. Ou seja, abandonando aquele conhecimento solidificado na segunda metade do século XX, e adotando como novas perspectivas:

- a) substituir o objetivo da economia do PIB para o “*donut*”;
- b) mudar de uma economia fechada e isolada do meio ambiente para uma economia integrada;
- c) mudar o foco da ficção do “homem racional neoliberal” para a ideia de seres humanos sociais adaptáveis;
- d) pensar o funcionamento do sistema econômico não através do equilíbrio mecânico que tem sua origem na física Newtoniana, mas da complexidade dinâmica;
- e) abandonar a meta de redução das desigualdades de renda através do crescimento da economia por uma economia que seja redistributiva desde a sua concepção;
- f) substituir a economia degenerativa por uma regenerativa;
- g) sermos agnósticos em relação ao crescimento do PIB. Ou seja, em algumas situações determinadas, o crescimento do PIB pode e deve ser desejável, mas no geral, não.

6 Disponível em: <https://pagina22.com.br/2012/06/12/entre-o-piso-social-e-o-teto-ambiental/>. Acessado em: 24 abr. 2022.

Das novas perspectivas que Kate Raworth (2019) traz ao debate é possível destacar três que ficaram ainda mais em evidência durante a pandemia de covid-19 e que, de certa forma, ratificam a importância da Economia *Donut*: o valor do trabalho doméstico e do cuidado, o papel do Estado e o cuidar de todos para o bem-estar de todos.

No modelo de fluxo circular da economia neoliberal mostrado anteriormente (Figura 9.2), as famílias são fornecedoras de mão de obra e capital para o mercado. Todavia, os economistas nunca se perguntam como, num passe de mágica, os trabalhadores e as trabalhadoras aparecem prontos todo dia para trabalhar na porta da fábrica ou do comércio. Ou seja, ao se fixar na produtividade do trabalhador, o modelo esconde todo o trabalho não remunerado que torna possível sua existência no sistema econômico (Raworth, 2019). A saber, tudo aquilo que ocorre na chamada economia nuclear: cozinhar, lavar pratos, arrumar a casa e cuidar dos filhos, idosos e doentes, que são trabalhos via de regra realizados pelas mulheres. Por ser um trabalho gratuito e não remunerado, costuma ser subvalorizado e explorado, como é sabido, gerando desigualdades na posição social, emprego, renda e poder entre homens e mulheres, as quais podem ser perenes (Raworth, 2019). Mesmo aquelas mulheres que também estão empregadas no mercado executam essas tarefas ao chegarem em casa, ampliando em muitas horas a sua jornada semanal de trabalho em relação aos homens. Durante a pandemia, esse fato amplamente conhecido ficou ainda mais evidente e impossível de continuar sendo ignorado (Corsi; Ilkcaracan, 2022). Portanto, a economia do século XXI precisa adotar, como primeiro passo, a busca pela igualdade de gênero e o reconhecimento do caráter central da economia doméstica, sem a qual não estaríamos conseguindo atravessar a pandemia.

Já no caso do papel do Estado, esse foi relegado pela economia neoliberal a um mero garantidor da propriedade privada, da ordem jurídica e da segurança da nação. Mas, para Raworth (2019), o seu papel deve ser o de provedor de bens públicos acessíveis a todos, apoiando o papel do agregado familiar, domando o mercado por meio de instituições e regulamentações, permitindo que se promova o bem comum e o bem-estar da sociedade. A importância desses papéis do Estado, que andavam meio escondidos por conta da perspectiva neoliberal hegemônica, ficou óbvia durante a pandemia, desde a necessidade do fornecimento de um serviço universal de saúde, de uma rede de notificação e produção de estatísticas em saúde, mobilização de hospitais de campanha, fornecimento de servidores públicos e recursos nas áreas de saúde, pesquisa básica e aplicada, serviços funerários e de assistência social até a força política em decisões de proteção para a população em geral e de medidas para amenizar a crise econômica gerada pela covid-19. Portanto, a pandemia mostrou claramente que o Estado precisa ganhar mais protagonismo do que vem tendo nas últimas décadas, na economia do século XXI.

Por fim, a pandemia também deixou evidente a necessidade de uma atuação conjunta de toda a sociedade para conter a transmissão do vírus e reduzir seus impactos sobre a saúde, a renda familiar, e as desigualdades socioeconômicas preexistentes. Desafios globais demandam sociedades menos desiguais. Embora os efeitos da pandemia tenham atingido com mais intensidade os mais pobres, a verdade é que os

economistas já sabem que a desigualdade prejudica todo o tecido social. As desigualdades corroem o capital social que serve de base para a ação coletiva, que é exatamente o que é necessário para enfrentar os grandes desafios deste século, como as mudanças climáticas e as pandemias. Além disso, sociedades mais desiguais têm crescimento econômico mais lento e instável (Chancel et al., 2022). Ou seja, a economia do futuro precisa ser distributiva desde a sua concepção e não geradora de desigualdades. Já está claro que o crescimento econômico medido pelo PIB não promove a redução das desigualdades, mas, ao contrário, só as acentua.

9.5 CONCLUINDO

A esta altura espero que o leitor concorde que a pandemia de covid-19 pode ser o choque capaz de transformar o pensamento econômico e a trajetória que o sistema socioecológico do planeta Terra vem percorrendo nos últimos séculos. Um sistema econômico hegemônico, a qualquer tempo, é produto do momento histórico em que foi criado e, portanto, é perfeitamente passível de mudança. Já passou do momento de repensarmos o modelo neoliberal gerador de desigualdades e impactos ambientais. No século XXI, a economia precisa reassumir os limites planetários, abandonar a neurose pelo crescimento e estar a serviço da sociedade, não o contrário. Só assim caminharemos para uma sociedade mais justa, menos desigual, que caminhe para dentro do espaço seguro do “*donut*”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Ricardo Abramovay (IEE-USP) pela revisão do capítulo e sugestões de melhoria. Os eventuais erros que tenham permanecido, são de minha autoria.

Questões sugeridas para debate

1. Quais devem ser os objetivos da economia de um país?
2. Como remunerar o trabalho doméstico?
3. Qual é o papel do Estado na economia do século XXI?
4. Como reduzir as desigualdades?

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. ‘Mais importante do que o crescimento econômico é saber qual é a qualidade dele’. Entrevista para a Revista CBN, 21/02/2021. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/332497/mais-importante-do-que-o-crescimento-economico-e-s.htm>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- ABRAMOVAY, R. Mudar nossos hábitos é essencial para proteger biodiversidade do planeta. TAB UOL, 2021. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/colunas/ri->

- cardo-abramovay/2021/02/13/autocontencao-e-essencial-para-fortalecer-a-biodiversidade.htm. Acesso em: 26 fev. 2022.
- ABRAMOVAY, R. Para Além da Economia Verde. São Paulo: Planeta Sustentável, 2012.
- CHANCEL, L.; PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, G. Informe Sobre la Desigualdad Global 2022. World Inequality Lab, Paris School of Economics. 2022. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/download/>. Acessado em: 24 abr. 2022.
- CHOMSKY, N.; POLLIN, R. Crise Climática e o New Deal Global. Rio de Janeiro: Roça Nova, 2020.
- CORSI, M.; ILKKARACAN, I. COVID-19, Gender and Labour. GLO Discussion Paper, No. 1012, Global Labor Organization (GLO), Essen. 2022.
- DALY, H.; FARLEY, J. Economia Ecológica. Princípios e Aplicações. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- DASGUPTA, P. The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review. London: HM Treasury, 2021.
- DOWBOR, L. Paradigmas para uma Economia de Francisco I. **Carta Maior**, jan. 2020a. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Paradigmas-para-uma-Economia-de-Francisco-I-/7/46318>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- DOWBOR, L. Paradigmas para uma Economia de Francisco II. **Carta Maior**, jan. 2020b. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/A-economia-de-Francisco-II/7/46161>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- FUKS, M. Reflexões sobre o paradigma da economia ecológica para a gestão ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 105-119, 2012.
- HERRFAHRDT-PÄHLE, E.; SCHLÜTER, M.; OLSSON, P.; FOLKE, C.; GELCICH, S.; PAHL-WOSTLE, C. Sustainability transformations: socio-political shocks as opportunities for governance transitions. **Global Environmental Change**, v. 63, p. 102097, 2020.
- MANKIW, G. N. Introdução à Economia. São Paulo: Thomson, 2005.
- MARX, K. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MUELLER, C. C. Os Economistas e as Relações entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente. Brasília: UNB/FINATEC, 2007.
- OSTROM, E. A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems. *Science*, 325: 419-422, 2009.
- RAWORTH, K. 2012. Um Espaço Seguro e Justo para a Humanidade. Texto para Discussão da Oxfam. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnnibp-cajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww-cdn.oxfam>.

org%2Fs3fs-public%2Ffile_attachments%2Fdp-a-safe-and-just-space-for-humanity-130212-pt_4.pdf&clen=810615&chunk=true. Acesso em: 26 fev. 2022.

RAWORTH, K. *Economia Donut. Uma Alternativa ao Crescimento a qualquer Custo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STEFFEN, W. et al. Trajectories of the Earth System in the Anthropocene. **PNAS**, v. 115, n. 33, p. 8252-8259, 2018.

VEIGA, J. E. Chance verde? **Valor Econômico**, julho 2020, p. A17. 2020.

VEIGA, J. E. 2013. *A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade*. São Paulo: Editora 34.

VEIGA, J. E. 2015. *Para entender o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Editora 34.

VEIGA, J. E. 2019a. *Sustentabilidade – a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Editora Senac.

VEIGA, J. E. 2019b. *O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra*. São Paulo: Editora 34.